

STAL divulga primeira sondagem nacional sobre água, saneamento e resíduos

26-Fev-2009

MAIORIA INEQUÍVOCA DA POPULAÇÃO DEFENDE SERVIÇOS PÚBLICOS COM GESTÃO MUNICIPAL

Uma grande maioria dos portugueses (69%) não concorda com a privatização ou gestão privada dos serviços de abastecimento de água e saneamento, apontando três razões principais: «a água é de todos» (75,5%), «um serviço público essencial» (65%), «as pessoas com menores rendimentos deixariam de ter acesso à água» (57,1%). Estes são resultados obtidos pela sondagem/Marktest encomendada pelo STAL e realizada entre os dias 6 e 15 de Janeiro.

À

Com o presente estudo de opinião, o primeiro conhecido em Portugal sobre a opinião dos portugueses acerca da privatização dos sistemas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, pretendeu não só determinar o grau de concordância da população com os processos de privatização no sector e retirada das competências aos municípios, mas igualmente medir o grau de cobertura e satisfação e identificar os critérios mais importantes para os utentes na gestão destes serviços.

Satisfação elevada
com gestão pública

No universo da sondagem, regista-se uma ampla cobertura dos serviços em análise, similar aos dados estatísticos nacionais: abastecimento de água (89.8%); recolha e tratamento do lixo (82.9%); saneamento e esgotos (79.7%); recolha selectiva de lixo (71.9%).

A esmagadora maioria dos inquiridos (93,9%) beneficia de pelo menos um serviço prestado por entidades públicas. São 22,2 por cento afirmaram utilizar um serviço (água, saneamento, recolha ou tratamento de lixo) prestado por empresas privadas.

Apesar do sector dos resíduos urbanos que o peso dos privados se faz sentir mais, tendo sido assinalado por 15,8 por cento das respostas. A sua presença no abastecimento de água foi notada por nove por cento, enquanto na actividade de saneamento apenas 3,6 por cento dos inquiridos afirma serem servidos por empresas privadas.

A sondagem revelou que a maioria da população está satisfeita ou muito satisfeita com os serviços prestados. Numa escala de zero a dez, a classificação mais elevadas foram atribuídas aos serviços de água, designadamente em relação «continuidade do fornecimento de água» (8.0) e à «qualidade da água distribuída» (7.4). No primeiro critério, 36,2 por cento declararam-se «satisfeitos» e 40,6 «muito satisfeitos», enquanto no segundo critério 40,4 por cento estão «satisfeitos» e 30,5 por cento «muito satisfeitos».

De forma geral, a «facilidade de contacto» é também apreciada pelos utentes, com uma classificação média de 6.4 valores, notando-se uma menor satisfação com «o tipo de informação fornecida pelos serviços» (5.9), com a «higiene dos contentores» (5.6) e com «os valores facturados» (5.5).

Água é um direito
Não é privatização!

O estudo mostrou uma opinião praticamente unânime sobre a importância da água como bem essencial à vida humana.

Questionados sobre a afirmação de que «o acesso à água é um direito que deve ser assegurado a todas as pessoas independentemente da sua condição económica e social e da região onde habitem», 99 por cento dos inquiridos manifestaram a sua concordância.

Estabelecendo uma relação entre a garantia deste direito e a gestão pública do serviço, uma clara maioria (69%) não quer que os serviços de abastecimento de água e saneamento sejam privatizados, geridos por empresas privadas. Dos que assim responderam, 88,2 por cento valorizam o facto de que «a água é de todos», 83,2 que se trata de «um serviço público essencial» e 77,4 por cento considera que a privatização põe em causa «o acesso à água de pessoas de menores rendimentos». De igual modo, foram registadas percentagens significativas relativamente a outras consequências da privatização: «os preços aumentam mais do que esperado» (72,3%); «os direitos dos trabalhadores diminuem» (66,3%); «a qualidade do serviço diminui» (65,3); «os lucros passarão a estar em primeiro lugar» (62,1%).

Manter as competências
dos municípios

Em coerência com a defesa clara do serviço público com gestão pública municipal, 79,4 por cento dos inquiridos não

concordam com a retirada das competências às câmaras na gestão da água, tratamento de esgotos e definição dos preços, as quais o governo pretende transferir para empresas onde as autarquias perdem capacidade de decisão. Os que partilham esta opinião afirmam que as «Câmaras são mais atentas às necessidades da população» (25,2%); que os «serviços fornecidos pelas Câmaras são bons» (11%), que caso deixem de os prestar «os preços vão aumentar» (10,5%); que as câmaras são a garantia da continuidade do «serviço público» (10,5%); que «os serviços são mais bem geridos localmente» (10,1%).

Pelo contrário, para sete em cada dez inquiridos (73,4%), consideram que a retirada desta competência não contribuiria para melhorar o serviço de abastecimento de água e saneamento, uma vez que as câmaras municipais são quem melhor «conhece as necessidades da população».

Ambiente de qualidade

Uma expressiva maioria de pessoas (86,7%) respondeu que a proteção do meio ambiente constitui uma característica «importante» ou «muito importante» da gestão dos serviços públicos. Seguem-se como critérios prioritários a «qualidade» (85,9%); «universalidade de acesso» (83,5%); «boas condições de trabalho dos funcionários» (81,9%); «participação dos cidadãos» (80%); «transparência das decisões» (72,6%).

Portugueses discordam das opções do governo

A sondagem encomendada pelo STAL mostra assim claramente que cerca de três quartos da população portuguesa discordam de forma fundamentada com a privatização do sector da água e saneamento e consideram que a sua gestão não deve ser retirada às autarquias locais.

Num momento em que o actual governo, prossequindo e aprofundando políticas anteriores, pretende transformar a água e outros serviços públicos de âmbito local em mercadorias como as demais, os portugueses afirmam inequivocamente que a água, saneamento e resíduos são direitos sociais e humanos que não podem ser reduzidos à mera lógica do lucro e expressam a sua confiança nas autarquias enquanto órgãos democráticos para continuarem a assegurar estes serviços essenciais.

Ficha técnica

Foram entrevistadas 801 pessoas, com 25 anos ou mais anos, de ambos os sexos, residentes em Portugal continental, em lares que possuem telefone de rede fixa. A recolha de informação decorreu entre os dias 6 de Janeiro e 15 de Janeiro de 2009. A margem de erro máxima para o total, para um intervalo de confiança de 95%, é de $\pm 3.46\%$

Â 23-02-2009 Sondagem Privat. Serv. Municipais - Síntese (1.48 MB)

Â 26-02-2009 Sondagem Privat. Serv. Municipais - Integral (6.16 MB)

Â